

ACTA Nº01/2006

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A DEZASSETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e seis, pelas dezoito horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 07 de Fevereiro do ano de dois mil e seis**, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº07/2005, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2005.12.21; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

----- 02.01 – Apreciação e votação da proposta de «Regimento da Assembleia Municipal», nos termos da alínea a), do n.º1, do art.º46º-A, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----02.02 – Apreciação e votação do pedido da Câmara Municipal relativo à «Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2006 – Lei das Comunicações Electrónicas», nos termos da alínea e), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem – redacção da alínea b), do n.º3, do art.º1» – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «Construção do Edifício dos Paços do Concelho – repartição de encargos», nos termos do n.º1 e n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.05** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco António Dias Vieira; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André;-----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----

-----João Pereira Trezentos;-----

-----Joaquim dos Reis Gonçalves. -----

-----Jorge Manuel Reis Heleno;-----

-----José Augusto Dias dos Reis; -----

----- José Custódio Ribeiro Faria; -----

----- José da Silva Pereira; -----

----- José Ferreira Vieira; -----

----- José Maria do Vadre Castelino e Alvim; -----

----- José Maria Henriques de Sousa; -----

----- Manuel Lourenço Dias; -----

----- Manuel Tavares Lopes; -----

----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira; -----

----- Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----

----- Maria Natália de Sousa Freire Nunes; -----

----- Mário João de Oliveira Santos; -----

----- Natálio de Oliveira Reis; -----

----- Rui Pedro Marto Pereira; -----

----- Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----

----- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Luís de Sousa e Silva; -----

----- Manuel Rodrigues Antunes. -----

----- Não compareceu, nem justificou a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

----- Filipe de Jesus Janeiro. -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezoito horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações

introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Nuno André Oliveira Mangas Pereira. -----

-----Antes de dar início aos trabalhos agendados para esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que o membro da Assembleia Municipal, senhor: **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, eleito nas listas do Partido Social Democrata – PSD, solicitou suspensão de mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **JOÃO CARLOS GAMEIRO RODRIGUES**, que tomou posse hoje – casado, de cinquenta e quatro anos de idade (54 anos), médico, residente em Pombal, freguesia de Santiago de Litém, portador do Bilhete de Identidade número, dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove (2524889), emitido a dezoito de Dezembro do ano de dois mil e três (18.12.2003), pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e possuidor do número de Contribuinte cento e dois milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e três (102250863). -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SETE BARRA DOIS MIL E CINCO, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **CORRECÇÃO DO SECRETARIADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, na página vinte e seis, décima nona linha, onde se lê «... votará contra a esta proposta ...», deve ser retirado o «**a**». ---

Na página quarenta e um, décima terceira linha, deve constar a palavra «... principais vias **que** atravessam...». -----

Na página cinquenta, vigésima segunda linha, onde se lê «... entidades Particulares de Sociedade Social ...» deve-se ler «... entidades Particulares de **Solidariedade** Social ...». -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** apresentou a seguinte correcção: na página trinta e dois, segunda linha, onde se lê «... Director de Estado ...» deve-se ler «... Director de **Estradas** ...». -

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** apresentou as seguintes correcções: na página dezassete, décima primeira linha, onde se lê «... informação de é o Santuário ...» deve-se acrescentar «... informação de **que** é o Santuário ...»; -----

Na página vinte e nove, sexta linha, deve-se **retirar a vírgula** após a palavra «... conta ...»; -----

Na página quarenta e dois, quinta linha, onde se lê «- Opinião de que ...» deve-se ler «- **Opinou** de que ...»; -----

Na página cinquenta e quatro, décima segunda linha, deve-se colocar uma vírgula a seguir a «... informou de que, nos ...». -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções, dada a ausência na referida sessão. -----**

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

----- Ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de doze de Janeiro do ano em curso, remetendo cópia do requerimento apresentado ao Governo relativamente ao «O transporte ferroviário no Distrito de Santarém»; -----

-----Comunicação do Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, datada de trinta de Janeiro do ano em curso, dando conhecimento da decisão final da Comissão Municipal de não autorizar a implementação do estabelecimento Pingo Doce em Ourém; -----

----- Ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de trinta de Janeiro do ano em curso, remetendo cópia dos requerimentos apresentados ao Governo: «As condições de saúde existentes no Distrito de Santarém» e «A segurança dos cidadãos no Distrito de Santarém»; -----

----- Ofício do Partido Social Democrata – Grupo Parlamentar, datado de nove de Fevereiro do ano em curso, remetendo cópia do requerimento apresentado ao Governo «Extinção da Esquadra da PSP»; -----

-----Ofício da Junta de Freguesia de Matas, datado de quinze de Fevereiro do ano em curso, informando de que o seu Presidente e membro da Assembleia Municipal, senhor Manuel Rodrigues Antunes não poderá comparecer na sessão dado estar presente no 10º Congresso Nacional da ANAFRE que se realiza a dezassete e dezoito do corrente mês; -----

----- Ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de catorze de Fevereiro do ano em curso, remetendo cópia da declaração apresentada na Assembleia da República «O risco sísmico em Portugal». -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Cumprimentamos V. Exas, em nome pessoal e também em nome do executivo municipal que aqui representamos. -----

Pouco tempo decorreu desde a última sessão ordinária deste magno órgão da gestão municipal. Por esse motivo, a informação que agora prestamos, nos termos da lei, é sucinta e visa somente dar conta do que de mais relevante aconteceu neste período e não foi objecto da anterior informação. -----

Para melhor clareza de exposição, seguindo a ordem dos objectivos dos documentos previsionais do município, enumeramos as informações: -----

1. EDUCAÇÃO -----

1.1. Iniciou já o seu funcionamento a cozinha central que fornece já refeições a alguns estabelecimentos de ensino e, de forma crescente e à medida que haja condições nos estabelecimentos, estenderá a sua esfera de actuação. -----

1.2. Iniciou também o seu funcionamento a escola de 1º. Ciclo do E. Básico no edifício do antigo seminário, após obras de beneficiação. -----

1.3. Estamos a preparar um plano de intervenção nos edifícios escolares do concelho que assentará num modelo de financiamento diferente do tradicional. -----

Este plano prevê ampliações e novas construções, na lógica de concentração de alunos que decorre da nova realidade resultante da evolução demográfica do concelho e do país. -----

1.4. Recebemos já comunicação da Direcção Regional de Educação de Lisboa remetendo a lista de estabelecimentos que irão encerrar no próximo ano lectivo. -----

Poderíamos, de forma demagógica, tecer críticas ao governo, procurando acolher a simpatia de algumas pessoas que reclamam. -----

Entendemos que isso não seria honesto. -----

A qualidade da educação que queremos para as nossas crianças exige que estas medidas sejam tomadas e nós apoiamos o governo. -----

Os pais das crianças podem ficar tranquilos que haverá transportes e fornecimento de refeições, no cumprimento das normas legais em vigor. -----

O plano de intervenção que estamos a preparar trará, a médio prazo, estas condições a todo o concelho. -----

1.5. A Câmara Municipal adquiriu já os terrenos da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, na Caridade, para construção do Jardim de Infância de Ourém. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

2.1. Estão a decorrer, de forma muito positiva, a elaboração do projecto e as conversações com a Fundação da Casa de Bragança para intervenção no castelo de Ourém. -----

2.2. A Câmara entregou recentemente a gestão de equipamentos desportivos municipais à gestão da empresa municipal VEROURÉM, a saber, os pavilhões desportivos de Caneiro, Caxarias, Freixianda e Ourém, a piscina municipal de Caxarias e o estádio municipal de Fátima. -----

2.3. Tencionamos também apresentar, a curto prazo, um plano de intervenção ao nível dos equipamentos desportivos que visa financiar e construir alguns equipamentos que consideramos serem imprescindíveis para uma oferta geral da prática desportiva a toda a população. -----

2.4. Há pouco tempo, surgiram na comunicação social algumas referências à utilização de autocarros do município por associações. -----

Queremos aqui afirmar que o regulamento está, de forma geral, correcto e que temos o propósito de tratar todas as associações de forma equitativa. -----

Para este tratamento equitativo, é completamente impossível que o município assegure o transporte a todas as associações que disputam competições nas mais diversas modalidades.

Por outro lado, a atribuição de subsídios visa já que as associações façam face a estas despesas. -----

A verba atribuída relativamente ao ano 2005 foi de 226 100,00 euros, à parte da verba respeitante a contratos-programa. -----

A Câmara Municipal não tem condições para aumentar estes encargos, quando se sabe também o elevado custo que já é suportado com os equipamentos desportivos. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

Está já a decorrer a construção das casas para as pessoas carenciadas que perderam a sua habitação nos incêndios do último verão. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

5.1. No passado dia 25 de Janeiro, fomos recebidos pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas para abordagem do problema de financiamento da intervenção urbana em Fátima. -----

Acompanhados pelo Sr. Deputado António Gameiro, relatámos o que sobre este processo se passou até hoje. -----

A reunião foi bastante positiva, estando nós a aguardar uma solução que ficou prometida para daí a quinze dias. -----

5.2. Entretanto, foi já criada a Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, prevendo-se que a mesma tenha o seu início de actividade a curto prazo. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Está a decorrer há algum tempo um processo de negociação tendo em vista a instalação no concelho de um parque de valorização de resíduos que permita acabar com as sucatas ilegais existentes. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Estamos a aguardar que o governo defina o novo quadro legislativo para o sector. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

8.1. Devido ao tempo que demora a elaboração de projectos, o plano de investimentos nos sistemas de captação e distribuição de água previsto para 2005 não foi concretizado. Contamos recuperar o atraso em 2006. -----

8.2. Através da comunicação social, no dia 27 de Janeiro, demos conta à população de uma situação relacionada com a qualidade da água do concelho. -----

Fica à disposição da Assembleia Municipal um dossier para consulta de quem pretenda ter conhecimento mais detalhado. -----

8.3. Estamos a preparar o processo de concurso para lançamento da obra de requalificação do Agroal. -----

8.4. Foi já inaugurado o novo mercado de Fátima, após as profundas obras levadas a efeito. ---

8.5. No âmbito da AMLEI, está a ser reformulado o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Alta Estremadura. -----

Oportunamente daremos conta do documento em preparação e desde já deixamos o convite a todos e sobretudo àqueles que dizem que o concelho não tem estratégia de desenvolvimento, a que façam chegar os seus contributos para o enriquecimento deste documento. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

9.1. Está a iniciar-se a obra de beneficiação da Estrada Regional 349. Pedimos a melhor colaboração da Juntas de Freguesia e da população para que este projecto possa ser concretizado nas melhores condições. -----

9.2. Está já adquirido o terreno necessário para a construção da rotunda no cruzamento de Carvalhal — Rio de Couros. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

É com satisfação que informamos ter o projecto do parque linear sido contemplado com um prémio de melhor projecto de paisagismo à escala nacional. -----

Curiosamente, é um projecto que merece elogios de todos, menos de algum ambientalista perdido! -----

Senhora presidente, -----

Senhores deputados municipais, -----

Esta é a informação que julgamos mais relevante sobre a actividade municipal. -----

Ficamos à disposição de V. Exas. Para os esclarecimentos que entendam solicitar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

- situação económica e financeira da autarquia em 31 de Janeiro de 2006; -----

- relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** relativamente aos processos anexos à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente dois datados de mil novecentos e noventa e cinco respeitantes a uma execução de sentença, questionou qual o motivo para se verificar esta situação, tendo-lhe sido dito que é um processo relativo à Rua de Castela. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: -----

- Qual a justificação dada pelo Governo em dois mil para não atribuir o programa POLIS a Fátima, pois, conforme referiu, na data a justificação era somente uma, ou seja, a inexistência do Plano Director Municipal que entrou em vigor somente em dois mil e três, quando, no seu entender, Ourém deveria estar numa segunda fase do Plano Director Municipal e a projectar a terceira. -----

- Relativamente ao problema de financiamento inerente às intervenções urbanas em Fátima, conforme disse, deve-se ao facto das candidaturas terem sido apresentadas a programas inadequados, pois, a Câmara Municipal candidatou-se ao programa POLIS quando este não possuía verba para atribuir a Fátima conforme foi afirmado pelo Ministro do Turismo aquando

da apresentação na Região de Turismo Leiria-Fátima de um conjunto avultadíssimo de investimentos. Dos cento e trinta milhões de euros previsto para aquela Região, os investimentos de Fátima não haviam sido contemplados dada a escassez de recursos financeiros. -----

- No seu entender e face à inexistência de estratégias de desenvolvimento para o concelho, opinou de que a Assembleia Municipal deveria debruçar-se sobre a questão, delineando linhas gerais de orientação rumo ao progresso. -----

- Elogiou a atitude construtiva e responsável tomada pela Câmara Municipal face ao encerramento de algumas escolas do 1º Ciclo do ensino Básico do concelho. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou o seguinte: -----

- No que respeita ao programa POLIS, sublinhou o facto de que o impedimento provocado pela inexistência do Plano Director Municipal verificou-se em investimentos municipais e sendo a Avenida de Fátima uma estrada nacional, logo a sua requalificação não poderá ser considerada como investimento municipal. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** lamentou o facto do «Plano Estratégico de Turismo 2006-2015», apresentado no transacto mês de Janeiro em Lisboa, não fazer qualquer referência ao turismo religioso, actividade que no seu entender assume relevante importância para o nosso concelho. Neste sentido, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que diligencie no sentido de que o turismo religioso de Fátima seja contemplado. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou de que está em elaboração um documento sobre esta questão e que será remetido à Administração Central. --

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Intervenção política: “Foi-nos dado a conhecer, esta semana, os dados arrolados pelo INE relativamente ao desemprego no final de 2005. Segundo este instituto atingiu-se o pior resultado trimestral desde 1998, altura em que o INE iniciou este tipo de indicadores. **Frisando bem, a taxa de desemprego já chega aos 8%.** -----

Note-se que são 447.300 portugueses que se encontram sem trabalho, dos quais somente cerca de 162.000 é que recebem subsídio de desemprego, não podendo também esquecer que nestes dados do INE não constam aquela população activa que vive de biscates, ou de trabalho temporário. -----

Podemos tirar daqui algumas ilações: -----

1º As políticas de emprego deste Governo, (se é que houve algumas diferenciadas do que já se encontrava em funcionamento de anteriores Governos) não se encontram a dar frutos; -----

2º Existem inúmeras decisões governamentais que têm tido um contributo decisivo para o fecho de muitas empresas. Veja-se a cada vez menor competitividade que as nossas empresas têm relativamente às de outros países da União Europeia, devido a tomadas de decisão, como sejam, os aumentos dos combustíveis derivado de uma resolução de aumento da carga fiscal, ou mesmo do aumento da taxa do IVA; -----

3º É certo que o nosso tecido empresarial se encontra tecnologicamente ultrapassado, mas o tal **choque tecnológico**, que tanto tem sido apregoado, nunca mais chega. É normal! Com toda a burocracia de que se investe qualquer tomada de decisão neste país, deve estar preso nalguma secretária. Fazendo um parêntesis, aproveito para felicitar o Governo pela decisão de alterar os formalismos legais para a criação de empresas. E aqui é de assinalar o número crescente de empresas que semanalmente são criadas no nosso concelho. Segundo dados recentes do Centro de Formalidades de Empresas de Leiria, logo após os concelhos de Leiria e

Marinha Grande, surgem os concelhos de Ourém, Pombal e Alcobaça, com o maior número de processos entrados para a criação de novas empresas. -----

4º Onde é que param os tais **150.000 postos de trabalho** tão apregoados durante a campanha socialista às legislativas? Parece-me que nem **um** foi criado, tendo em conta o aumento da taxa de desemprego. Observa-se que, partindo do pressuposto que esta taxa de desemprego se manteria, uma criação de emprego desta ordem (como se isso fosse possível...) implicaria um decréscimo de 33,5% na taxa de desemprego, ou seja, ficar-se-ia com um desemprego de 5,3% mantendo-se a população activa actual. -----

Fora todos estes considerandos, o nosso concelho continua a viver um pouco à margem, e felizmente, deste problema nacional. De facto, aqui também ainda não existiu um choque tecnológico, sem “menosprezo” por aquelas empresas que fazem um esforço de actualização contínuo, no sentido de introduzir novas tecnologias nas suas unidades. A circunstância de o nosso tecido empresarial ser diversificado e composto por pequenas e médias empresas, tem-nos permitido manter o nível de emprego. -----

Termino salientando a política de planeamento futuro da nossa autarquia que, ao elaborar os planos de pormenor dos parques empresariais previstos no PDM, dos quais destaco a Área de Localização Empresarial de Fátima face à sua localização estratégica, estará sem dúvida a contribuir para uma alavancagem importante do emprego no concelho de Ourém.” -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** pretendeu ser esclarecida acerca das notícias vindas a público na comunicação social local e bem assim o que consta da acta camarária de que o Vereador Eng.º João Moura terá votado num seu familiar para a Administração da Empresa Municipal Verourém, o que já havia acontecido anteriormente. Na hora havia sido dito de que se tratou de um descuido dos serviços, porém, no seu entender, trata-se de lapsos que deveriam ser evitados pois está em causa a imagem do Município. -----

= **MÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Foi com grande honra e plena satisfação que Ourém recebeu, nos passados dias 13 e 14 de Dezembro, Sua Excelência Reverendíssima, D. Ximenes Belo, a convite da Câmara Municipal. -----

O prémio Nobel da Paz aceitou vir a Ourém para participar em diversas actividades, nomeadamente para a realização de colóquios nas escolas, por forma a fazer chegar a sua mensagem de paz aos jovens oureenses. -----

A estadia de D. Ximenes Belo não poderia ter corrido melhor, de acordo com o feedback transmitido nos jornais, por ele próprio, por quem o acompanhou e pela comunidade oureense.

Aquando da estadia de D. Ximenes Belo, o Sr. Presidente da Câmara lançou o repto para que Ourém ajudasse uma escola timorense, tendo o prémio Nobel sugerido a Escola Pré-Secundária de St.º António, situada na província de Oe-Kusi. -----

A campanha está em preparação e, proximamente, as pessoas poderão contribuir através de depósito em contas de solidariedade – cujos números serão divulgados oportunamente na Comunicação Social e nas paróquias – ou participando nas actividades do estabelecimento de ensino mais próximo da sua área de residência. -----

A campanha decorrerá de 01 de Março a 30 de Junho. Neste mesmo dia, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ourém, o fruto da campanha será entregue ao ex-Bispo de Dili que o fará chegar à Escola Pré-Secundária de St.º António. -----

A Câmara Municipal pretende, com esta campanha, ajudar os alunos daquela escola, facilitando o seu percurso escolar e alertar os oureenses para a importância da solidariedade numa época em que valores fundamentais parecem desvanecer-se, não olvidando a ligação histórica entre os dois países. -----

Assim, considerando a importância dos objectivos desta iniciativa camarária, o grupo municipal do PSD propõe a atribuição de um voto de Louvor à Câmara Municipal pelo lançamento da campanha.” -----

----- **Submetido a apreciação do plenário, foi este voto de louvor aprovado por maioria, com sete abstenções.** -----

----- **PETIÇÃO** -----

= **FRANCISCO ANTÓNIO DIAS VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Petição: Quando a 19 de Novembro de 2003 o Conselho Estratégico de Promoção Turística aprovou por unanimidade Fátima, como sub marca turística com escala e reconhecimento internacional, tinha-se finalmente chegado ao fim de um longo caminho. -----

Este longo percurso que levou à confirmação de Fátima como uma das referências portuguesas com dimensão, prestígio e reconhecimento internacional, foi sustentado nos mais de seis milhões de turistas e visitantes que anualmente visitam este Santuário Mariano pela inequívoca associação entre a marca, o destino e o produto, pela sua capacidade de competir directamente com destinos homólogos no mercado internacional, por ser uma das referências portuguesas mais conhecidas no Mundo. -----

Deste reconhecimento decorreu a possibilidade de privilegiar a imagem de Fátima nos certames promocionais e mais recentemente a disponibilização de verbas para serem aplicadas na sua promoção específica. -----

No passado mês de Janeiro e no decorrer da Bolsa de Turismo de Lisboa, foi apresentado o PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo, o qual surpreendentemente retira o Turismo Religioso e daí naturalmente Fátima, de entre os 10 produtos definidos como estratégicos para o desenvolvimento futuro do sector. -----

Prevê igualmente o PENT que estes produtos e os destinos a eles associados, possam vir a beneficiar de apoios ao investimento e até de isenções fiscais. -----

Porque não parece a esta Assembleia que Fátima tenha perdido dimensão, prestígio e reconhecimento internacional, porque não reduziu o número de turistas e visitantes que anualmente a procuram, porque continua a ser respeitada pelos destinos homólogos ao nível internacional e porque continua a ser uma das mais importantes referências de Portugal no Mundo, não conseguimos compreender a sustentabilidade técnica desta potencial decisão. ----

Potencial, porque o PENT ainda está em fase de elaboração, sendo possível proceder a alterações desde que substancialmente justificadas.” -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal, por unanimidade, manifesta junto de V.^a Ex.^a a sua profunda mágoa e descontentamento pela forma como está a ser tratado o turismo religioso do qual Fátima é o expoente máximo não só a nível nacional como internacional. Estamos certos de que V.^a Ex.^a estará atento ao nosso apelo e de que Fátima não será riscada do mapa turístico do nosso país. -----

Pela enorme força de Fátima no contexto turístico nacional estamos seguros de que o PENT irá ser reavaliado de forma a que o turismo religioso seja contemplado nos 10 produtos definidos como estratégicos para o sucesso do turismo em Portugal. -----

Confiantes da melhor compreensão por parte de V.^a Ex.^a para o assunto exposto subscrevemo-nos com a máxima consideração. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Intervenção: "Senhora Presidente, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Caros Colegas e amigos -----

Nestes dois meses desde a última Assembleia Municipal, os únicos factos da actividade municipal foram a inacção do executivo municipal, ou as decisões pouco acertadas e prejudiciais para as populações deste Concelho! -----

Inacção do executivo municipal, uma vez que neste tempo não foi tomada nenhuma decisão de fundo sobre nenhum dos problemas básicos e permanentes do nosso Concelho. -----

Se atentarmos bem, que decisões foram tomadas pelo executivo municipal sobre a implementação e requalificação das diversas zonas industriais que o PDM prevê e que ciclicamente são anunciadas eleitoralmente como prioridades? -----

Nestes dois meses, o que vimos, o que observamos, sem que o executivo municipal nada faça ou diga a esse respeito, foi o crescimento de pavilhões industriais não se sabe da propriedade de quem, em terrenos não industriais na proximidade da povoação da Giesteira, sem

licenciamento conhecido e sem o obvio embargo, apesar de só não conhecer a situação quem não quer ver! -----

Dois meses de inacção quanto ao Plano de Urbanismo de Ourém! Vivemos num tempo em que o planeamento é fundamental, em que o IC9 se aproxima do nosso Concelho, da nossa Cidade e não temos ainda os instrumentos legais de planeamento e ordenamento de escala fina aprovados e em vigor. -----

Por outro lado, acção desconcertante! Há menos de um ano e meio o anterior executivo municipal aprovou um plano de investimentos da General D'eaux, AS, no valor próximo de 12 milhões de euros entre 2005 e 2009, contra um aumento das taxas constantes da tabela do preço da água. -----

Nestes dois meses, fomos confrontados com um novo aumento desses preços sem qualquer razão justificativa, racional e adequada, uma vez que esses aumentos variam de 3 a 30%, consoante o tipo de consumo que se analise. Mas o mais surpreendente, é que esta empresa solicitou agora, em 2006, ao executivo municipal autorização para poder realizar os investimentos que deveria ter realizado em 2005 e o executivo no poder autorizou. É desconcertante! Isto, sem que a edilidade tenha exigido explicações racionais, justificativas e sem ter feito uma avaliação rigorosa de todo este processo. Quem paga a água, paga sempre e é sempre o mesmo. Quem recebe e deveria investir, poupa nos investimentos e nos juros do dinheiro e o povo tem menos qualidade no serviço prestado apesar de pagar cada vez mais por melhor água que não corre em casa de cada um. Em princípio!!! -----

Mas, não será tempo de a Câmara Municipal solicitar a uma empresa de auditoria, um relatório sobre a qualidade do serviço prestado por esta empresa e sobre o actual estado de concretização e gestão deste contrato de concessão? -----

É neste quadro de apreensão por estas notícias e factos políticos, que somos obrigados a reflectir, igualmente, sobre a qualidade da gestão municipal por parte desta maioria. Senão vejamos: -----

1. Há menos de dois anos foram inauguradas as obras de requalificação das obras do URBCOM em Ourém. Há menos de dois anos praças requalificadas de novo e profundamente,

com valores de trabalhos a mais e revisões de preços muito consideráveis, estão hoje ao abandono e em evolutivo caminho de degradação, aliás como bem atestam as informações dos serviços municipais. Árvores caídas e secas, bancos soltos, postes de iluminação tombados e em risco, etc... -----

A Câmara deliberou realizar as obras de melhoria por administração directa? Então e a responsabilização do empreiteiro quando é que algum dia se efectiva neste Município? -----

2. No Parque Linear, o espanto é maior. Esta obra ganhou recentemente um prémio de natureza paisagística. Parabéns projectista e empreiteiro. Parabéns Câmara Municipal! Mas, se formos visitar este local hoje, nove meses depois, as árvores secas são o ar da desolação, a degradação do parque é constante e nada se faz! Por outro lado, é do conhecimento público que a escolha do piso para os terrados dos feirantes é desadequado e no Inverno só provoca lama! A Câmara Municipal tem uma proposta para gastar mais 600.000€ numa obra que terminou ontem? É preciso avaliar melhor os projectos e seguir mais de perto as respectivas execuções, sob pena da gestão municipal não libertar recursos para poder pagar certos e determinados apoios às nossas colectividades! -----

3. É urgente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores pensar-se em alterar a forma de abordar o Regulamento de cedência dos autocarros e mini-autocarros às colectividades do Concelho, porque as dificuldades de entendimento sobre o mesmo são inúmeras e porque através das cedências aprovadas fica a ideia que o executivo municipal não o respeita, o que concerteza não acontece! Relacionada com esta questão, está a problemática da atribuição dos subsídios anuais às colectividades do nosso Concelho. É fundamental que sejam publicadas novas regras de atribuição desses subsídios, com clareza, critérios rigorosos, imparciais e justos, por forma a que as colectividades sejam conhecedoras das regras e não só dos valores e que nenhum grau de arbitrariedade discricionária possa vir a ter lugar. -----

4. Este ano não haverá desfile de Carnaval organizado pela Câmara Municipal? Não acreditamos! É com espanto e descrédito que as populações reagem a decisões pouco acertadas como esta. Então os investimentos que ao longo do ano algumas colectividades foram realizando para este efeito, o tempo que gastaram, as noites perdidas a preparar o

desfile, as motivações e a esperança de tantas e tantas pessoas não vale o esforço de organizar um desfile de Carnaval? Qual é o critério para que a Câmara Municipal possa decidir não realizar esta já tradicional actividade? Ninguém entende! Só a maioria no poder sabe e como sabe tudo, nós os ignorantes, o povo, nada sabemos. Só que nesta Assembleia Municipal, nós os Deputados temos o direito a saber porquê? Porquê? -----

5. Por último, uma pequena nota de felicitações à nova administração da VEROURÉM, que mais uma vez foi eleita ilegalmente, pois parece pela leitura da acta da Câmara Municipal que um vereador em exercício de funções voltou quatro anos mais tarde a votar novamente num familiar para essa administração. Se foi lapso, é um lapso muito grave dos serviços! Se foi lapso retiro estas palavras! -----

Para concluir, dar os parabéns ao executivo municipal no poder por finalmente, passados 9 meses, começarem a pensar ir ao encontro de uma solução de consenso para a questão da instalação do INTERMARCHÉ, demonstrando que existem muitas e boas ideias no executivo municipal vindas de vereadores da oposição, denotando um clima que apraz registar de construir um Concelho melhor, para que as populações se sintam felizes e tenham melhor qualidade de vida.” -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou o seguinte documento: -----

Declaração: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mos Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados -----

Como é do conhecimento de todos no próximo domingo o Corpo da Irmã LUCIA irá ser trasladado de Coimbra para Fátima. É pois mais uma grande cerimónia a que a junta de freguesia se vai associar e à qual gostaria de ver também associados V. Ex.^a -----

É o regresso a Fátima de uma das pessoas à qual Fátima mais deve. Por isso nós lá estaremos, para que, com a nossa simples presença, possamos institucionalmente agradecer a Nossa Senhora a escolha que fez. -----

Gostaria de salientar o cuidado que houve na preparação para esta peregrinação. Governo Civil, Câmara Municipal, Santuário, Bombeiros, P.S.P., Brisa empenharam-se para que tudo possa correr bem às mais de 100.000 mil pessoas que se esperam. -----

Fátima e o Concelho só tem a ganhar com uma boa organização, pelo menos cuidado houve. – Gostaria de recomendar também que logo possível a Câmara pudesse atribuir um nome a uma Rua de Fátima com o nome da Irmã Lúcia, por exemplo nas novas Ruas que estão projectadas. A Junta de Freguesia veria com satisfação esta atribuição. Estamos em acreditar que a Câmara já deve ter equacionado esta situação. Para a Junta de Freguesia a actual estrada de Minde entre a rotunda sul e a rotunda de Torres Novas seria uma boa Avenida, até pela ligação que faz entre a Cova da Iria e Aljustrel.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: -----

Declaração política geral e intervenção de interesse local: “Senhora Presidente, Caros Colegas, Estimados Membros da Comunicação Social, eventual público presente, -----

Com algum formalismo, em que não abundo, venho fazer uma rápida declaração de política geral que também será uma intervenção de, ao que espero, interesse local. -----

O caminho percorrido pelo Portugal democrático estará numa curva muito apertada. A eleição de Cavaco Silva para Presidente da República, conseguida não no final de uma marcha triunfal mas por uns escassíssimos votos que valem menos de 0,5% do eleitorado português que se exprimiu, e a sua esperada feliz coabitação com um governo liderado por José Sócrates, fazem prever um agravamento do controlo da política pela economia, melhor se diria pela finança, e melhor ainda se dirá pela finança transnacional. Não se esperam tempos fáceis para o povo português. Esta é a nossa leitura. Obviamente discutível, e que gostamos de discutir. -----

Um outro motivo de grande preocupação – nossa – é a cada vez mais clara, e não escamoteada, tentativa de personalizar e bipolarizar vida política. -----

A fulanização é evidente: Cavaco, Sócrates, Jerónimo, Louçã, Portas, David Catarino, José Manuel Alho. Nada de ideias, de propostas, de projectos colectivos. É uma pressão para que os cidadãos se atenham a nomes e esqueçam programas e o modo como se concretizam. Os fins e os meios, os fins de que os personagens não são mais do que meios. -----

Por outro lado, bipolariza-se como se o jogo fosse – desculpem a imagem – entre dois galos por um poleiro. O resto são os apoios ou os desapoios com que os dois galos contam e mais resto ainda os outros, os assistentes nunca participantes. -----

Noutros termos: há um poder, ou uns poderes, a conquistar por figuras do PS e do PSD... e o que sobra é claque ou espectadores. -----

Assim se empobrece a democracia. A perversão do bipartidarismo único é tanto ou mais perversa que o partido único porque esta é clara e a outra esconde-se atrás de uma aparente e falsa democratização. -----

No entanto, a realidade é muito mais complexa e esta deriva não pode tornar redutora a representação sócio-política. Não falo no respeito pelas minorias porque isso me cheira a concessão caritativa. Falo da real intervenção que há, da luta que prossegue a partir de outros níveis da sociedade que não os institucionais. Também nada tem a ver com essa coisa a que chamam sociedade civil, mas sim com a vida real nas suas diversas manifestações. Nada tem feito mais mal aos partidos políticos, e à democracia participativa, que os partidos políticos que fulanizam e bipolarizam a política. -----

Vou terminar, não só porque tenho de terminar mas também porque não vos quero maçar mais com as minhas reflexões por mais necessárias e urgentes que eu as ache. -----

E termino com um exemplo do nosso quotidiano. -----

A questão da água é um problema maior nosso, de todos nós. Lutámos e lutaremos contra a privatização de um serviço público essencial, quaisquer as máscaras que tiver; mesmo sem ter eleitos procurámos denunciar uma situação e uma mais que previsível evolução, que apenas foi adiada e agora está aí. Se mais atenção tivesse sido dada por quem se julga detentor do poder ou únicos candidatos a esse poder talvez hoje a situação fosse diferente e as

perspectivas não aquelas que confrontamos. Recomendo a leitura da acta de 18 de Dezembro de 2003, o período de intervenção reservada ao público. -----

Ainda queria juntar a voz desta bancada relativamente à questão do turismo nacional e Fátima.

Por último, e de certo modo para desanuviar, lembro que o jornal do meu partido, o Avante! foi criado em 15 de Fevereiro de 1931, e nunca se deixou de publicar sendo o jornal que mais tempo se publicou na clandestinidade: 43 anos. Tenho todo o prazer de oferecer, à mesa, à vereação e a cada um dos grupos políticos desta Assembleia Municipal, o número de ontem, que comemora 75 anos de vida. E de luta!" -----

= **JORGE MANUEL REIS HELENO** apresentou o seguinte documento: -----

Documento: "Sr. Presidente da Câmara, Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores, caros companheiros deputados à Assembleia Municipal -----

O peso da indústria do Turismo na economia portuguesa é cerca de 8 a 11% do PIB. -----

Quanto ao nosso concelho suponho poder afirmar que os efeitos directos e indirectos desta actividade atingem um peso superior a esse e uma importância crescente quanto perspectivamos o desenvolvimento futuro do concelho. -----

Uma das componentes da actividade turística é a promoção do destino. A Promoção de Fátima tem sido feita no passado recente pelos próprios industriais do sector e pela Região de Turismo de Leiria Fátima. -----

Acontece que cidades com grandes preocupações a este nível, que têm noção da importância do turismo e que procuram os benefícios da actividade turística têm constituído gabinetes específicos para a sua promoção de forma a facilitar a vinda de turistas e conquistar a vinda de eventos e outros acontecimentos. -----

Assim tem feito Lisboa de forma notável que em poucos anos teve a EXPO98, foi Capital da Cultura, foi local de partida do Lisboa-Dakar, entre outros. -----

Em Lisboa o próprio presidente da Câmara chamou a si o pelouro do turismo pela importância e relevância que ele considera ter para a cidade. -----

No nosso caso concreto pergunto se a Região de Turismo Leiria Fátima estará a fazer correctamente o seu papel? Várias vozes de descontentamento se têm levantado no sector. ----

A opinião mais corrente no seio daquilo que são os operadores turísticos, o chamado «trade», é de que o fenómeno específico de Fátima merecia um tratamento único e independente das praias ou outros atractivos que a RLeiria Fátima tenha. -----

A minha intervenção vem no sentido de interpelar a Câmara para que esteja atenta à sua participação no seio da Região de Turismo Leiria Fátima, pois a preocupação que a Câmara de Ourém têm de ter neste assunto, pelo peso do sector na actividade económica do concelho, é muito superior à de qualquer outro município da Região de T. Leiria Fátima. -----

Em particular chamo a atenção para um programa de acção específico no valor de 300.000€ que foi aprovado e posto à disposição das RTL Fátima para a divulgação da marca Fátima, que teima em não arrancar e que está a ser colocado na prática à margem da associação pública-privada criada para o efeito, falo da Associação de Turismo Leiria Fátima. -----

Os Fatimenses alertam para a necessidade do programa de promoção ser concretizado e lançam aqui o desafio quer à Junta de Freguesia de Fátima quer à Câmara Municipal de Ourém para que façam uma reflexão conjunta sobre as vantagens e inconvenientes do nosso concelho estar incluído na Região de Turismo Leiria Fátima face aos desafios futuros de operacionalidade no tocante à promoção de tão importante destino turístico que é Fátima.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Voto de parabéns: “É convicção generalizada que os serviços têm um papel muito relevante no desenvolvimento das sociedades. -----

Na sociedade portuguesa, hoje e cada vez mais, o nível de exigência que se reivindica para as nossas infra-estruturas, não tem paralelo. É praticamente ilimitado. -----

O cidadão remete sempre para o Estado, entenda-se, Organismos Públicos, todas as responsabilidades. Em particular se se trata da sua comodidade. -----

A construção do Parque Linear de Ourém viu recentemente ser reconhecida a sua mais valia artística e técnica no evento UrbaVerde, com o prémio Nacional de Arquitectura Paisagística. –

Os destaques que lhe foram dados confirmam que a arquitectura paisagística tem tido actividade relevante e a reabilitação urbana está na ordem do dia, em particular tendo em conta investimentos feitos pela autarquia. -----

Foi destacada a reabilitação urbana efectuada na zona da feira, e a paisagem urbana conseguida. -----

O interesse manifestado ao nível da articulação entre os diversos componentes do espaço exterior e da paisagem, com especial destaque para a componente viva e dinâmica, são particularmente relevantes. O resultado é um espaço público plural, dinâmico, contemporâneo e pleno de diversidade sensorial e ecológica. -----

Qualquer um de nós sente este prémio como uma pertença, um património colectivo: «O Parque Linear da minha terra ganhou um prémio nacional!» -----

É com orgulho que presto aqui homenagem aos serviços da autarquia, pela coordenação dos trabalhos e fiscalização de bom cumprimento do projecto. Também à equipa projectista. -----

A arte e a técnica bem conjugadas deram os seus frutos. -----

Parabéns.” -----

-----Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE «REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º1, DO ART.º46º-A, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Na sessão ordinária deste Órgão deliberativo realizada a vinte e um de Dezembro do ano transacto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal havia apresentado uma proposta de Regimento, elaborada pela Mesa nos termos da legislação citada em epígrafe. Contudo, no decorrer da sua discussão verificou-se alguma divergência relativamente à redacção dada ao

número três do artigo trigésimo nono da proposta de Regimento em análise, tendo o plenário decidido proceder à respectiva análise numa próxima reunião. -----

-----Face ao exposto, de momento, a Mesa apresentou uma outra proposta de Regimento, nomeadamente a redacção dada ao número três, do artigo trigésimo nono e bem assim uma proposta de Grelha de Atribuição de Tempos aos Grupos Municipais – (**vide processo devidamente arquivado**). -----

-----Tomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que a redacção dada ao número três, do artigo trigésimo nono foi acordada em Conferência de Líderes entre os Representantes dos Grupos Municipais. -----

Relativamente à Grelha de Atribuição de Tempos aos Grupos Municipais esclareceu que a Mesa elaborou-a de forma proporcional ao número de elementos constituintes de cada Grupo Municipal com assento neste Órgão deliberativo. -----

-----Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a seguinte intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** manifestou a sua discordância relativamente à Grelha de Atribuição de tempos, pois não entende que o Grupo Municipal a que pertence neste mandato ter mais membros e ser-lhe retirado tempo de intervenção. -----

-----Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal mais uma vez referiu o critério racional e justo adoptado para a feitura da Grelha, aconselhando-o a verificar a proporcionalidade entre os tempos e os elementos de cada Grupo Municipal. -----

-----**Não se verificando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta de Regimento a apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com onze votos contra e uma abstenção.** -----

-----De seguida, registaram-se as declarações de voto dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** votou contra porque desconhecia a Grelha de Atribuição de Tempos aos Grupos Municipais. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS** absteve-se porque discorda da redacção dada ao número três, do artigo trigésimo nono. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À «TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – 2006 – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS», NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil e quarenta, datado de um de Fevereiro do ano de dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de trinta de Janeiro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais citados em epígrafe, a aprovação do percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%), a aplicar no ano de dois mil e seis, conforme estipulado na alínea b), do número dois, do artigo cento e seis, da lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de Fevereiro. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM – REDACÇÃO DA ALÍNEA B), DO N.º3, DO ART.º1º» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dois mil e quarenta e um, datado de um de Fevereiro, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em

reunião realizada a trinta de Janeiro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo a apreciação e votação da proposta de redacção da alínea b), do número três, do artigo primeiro do Regulamento citado em epígrafe, conforme se passa a transcrever «*Os edifícios, ou suas fracções autónomas, que sejam utilizados como habitação e em que se aceitem, com carácter estável, hóspedes até ao número de três*». -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, o plenário deliberou por unanimidade aprovar o texto de redacção dada à alínea b), do número três, do artigo primeiro do Regulamento citado em epígrafe, ou seja «*Os edifícios, ou suas fracções autónomas, que sejam utilizados como habitação e em que se aceitem, com carácter estável, hóspedes até ao número de três*». -**

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS», NOS TERMOS DO N.º1 E N.º6, DO ART.º22º, DO DECRETO-LEI N.º197/99, DE 8 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dois mil cento e setenta e dois, datado de dois de Fevereiro, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a trinta de Janeiro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, a respectiva autorização para proceder à repartição de encargos pelos anos económicos de dois mil e seis a dois mil e oito decorrentes da empreitada indicada em epígrafe, no total de quatro milhões seiscentos e sete mil quatrocentos e oitenta e oito euros e doze cêntimos (4.607.488,12€), ou seja: -----

----- Ano de dois mil e seis – um milhão quatrocentos e noventa e três mil cento e vinte e um euro e quatro cêntimos (1.493.121,04€); -----

----- Ano de dois mil e sete – dois milhões novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e nove euros e trinta e cinco cêntimos (2.974.509,35€); -----

----- Ano de dois mil e oito – cento e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos (139.857,73€). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito abstenções.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO